

**HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. Tradução
Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005, 251 pp.**

Geraldo Magela Daniel Júnior¹
Universidade Federal do Amazonas

David Harvey, britânico, é geógrafo. Foi professor de Geografia da Universidade Johns Hopkins, nos Estados Unidos e da Universidade de Oxford, na Inglaterra. Atualmente, é professor emérito de Antropologia na pós-graduação da Universidade da Cidade de Nova York. Dentre sua vasta produção bibliográfica, destacam-se: *Os limites do capital* (1982), *A condição pós-moderna* (1989), *O novo imperialismo* (2003), *Para entender o capital* (2010), *Para entender o capital, volume II* (2013).

A presente obra, *A produção capitalista do espaço*, é um conjunto de sete ensaios e uma entrevista originalmente publicados em distintos momentos, entre os anos de 1975 e 2001. Conforme escreve o próprio Harvey no prefácio da obra, são textos que registram suas “tentativas de mudar o modo de pensamento na disciplina da geografia [...], nas áreas cognatas [...] e entre o público em geral” (p. 09).

O primeiro capítulo, intitulado “a reinvenção da geografia”, é uma entrevista com os editores da *New Left Review* publicada em 2001. Nela, várias questões são abordadas, como, por exemplo, as razões da escolha de David Harvey pela geografia, a trajetória intelectual do autor no interior da disciplina, a pós-modernidade, o estágio atual do sistema capitalista e suas perspectivas e, com um pouco mais de ênfase, a produção teórica de Harvey e o que ela significa de inovação, tanto para o pensamento geográfico como para o pensamento marxista. Dentre tais inovações, talvez a mais significativa tenha sido a utilização da categoria “espaço” no interior da estrutura dedutiva abstrata do materialismo histórico. Conforme afirmam os entrevistadores, em uma das questões que dirigem ao autor, abordando a sua primeira obra de espírito

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (PPGSCA/Ufam).

declaradamente marxista, *The limits to capital*: “O curioso é que sua teoria da crise em *The limits to capital*, em um sentido, respeita a tradição, desenvolvendo uma estrutura dedutiva maravilhosamente clara, mas constrói o espaço na estrutura como um elemento não-eliminável dela. Isso era muito original. As categorias geograficamente não-diferenciadas de *O capital* são postas a funcionar num terreno natural-histórico – ainda representadas de modo abstrato, é claro, acompanhando as demandas de um pensamento dedutivo” (p. 24).

O segundo capítulo, “A geografia da acumulação capitalista: uma reconstrução da teoria marxista”, tem como objetivo “demonstrar como a teoria da acumulação se relaciona com o entendimento da estrutura espacial, e como a particular forma de análise da localização elaborada por Marx fornece o elo perdido entre a teoria da acumulação e a teoria do imperialismo” (p. 41). Segundo Harvey, as observações de Marx sobre a dimensão espacial no processo de acumulação do capital são fragmentárias e, muitas vezes, superficiais. Contudo, o exame judicioso da lavra do formulador do materialismo histórico demonstra que ele não desconheceu o fato da acumulação ocorrer num contexto geográfico e criar determinadas estruturas geográficas. Além disso, Marx elaborou uma nova abordagem, dinâmica, da teoria da localização, criando possibilidades de articulação entre o processo geral de crescimento econômico e a estrutura de relações espaciais. Esta análise, inclusive, fornece o elo entre a teoria marxiana da acumulação e a teoria do imperialismo. Assim, todo o capítulo é arquitetando no sentido do desenvolvimento de tais ideias e, ao final, demonstra que: a) Marx elaborou uma teoria da acumulação para o modo de produção capitalista em estado “puro”, na qual está presente a demonstração da necessidade da intensificação e da expansão contínuas das relações de produção capitalistas (que ocorrem mediante a concentração espacial de unidades produtivas e consumidoras em centros urbanos, desenvolvimento dos meios de comunicação e de transporte, expansão dos mercados às regiões periféricas em relação aos mercados capitalistas); b) Marx não elaborou uma teoria do imperialismo, mas legou mediações teóricas para tal na medida em que sublinha a necessidade da acumulação capitalista de “superar barreiras espaciais e anular o espaço pelo tempo”; c) As teorias do imperialismo desenvolvidas a partir de Marx (Luxemburg, Lenin, Baran etc.) são, via de regra, unilaterais, pois realizam a análise do imperialismo enfatizando algum aspecto da teoria de Marx sobre a acumulação capitalista; d) uma análise mais judiciosa do imperialismo a partir da teoria

da acumulação em Marx requer a consideração dos diversos componentes da teoria da acumulação em Marx e a consideração da situação histórica concreta na qual se desenvolve a expansão capitalista.

O capítulo subsequente, o terceiro da obra, intitulado “A teoria marxista do Estado”, aborda a problemática do Estado com o objetivo de “apresentar a base teórica para o entendimento do papel do Estado nas sociedades capitalistas, e mostrar como o Estado desempenha, necessariamente, certas tarefas básicas mínimas no apoio do modo capitalista de produção” (p. 77). Para isso, Harvey apresenta a teoria marxista do Estado; a teoria marxista do Estado capitalista (procurando pontuar as atividades concretas através das quais o Estado defende e garante os interesses do capital e demonstrar que a democracia social burguesa é a forma mais adequada, ao modo de produção capitalista, de estruturação do Estado); e, por fim, desenvolve considerações sobre o imperativo, inerente à lógica do pensamento marxista, de se tratar, nas investigações concretas, o Estado de um modo não abstrato, mas concreto, considerando tanto suas distintas manifestações nacionais em cada fase da história de cada nação como a pluralidade de instituições que, efetivamente, constituem o Estado democrático capitalista, bem como a necessária dialética entre infra e superestrutura que faz com que ambas (infra e superestrutura social) se associem, existindo não sequencialmente, mas simultaneamente – em distinção da vulgata marxista que faz do Estado um complemento necessário, portanto, “posterior” às relações econômicas capitalistas. Conclui Harvey (p. 91): “mesmo no meio de todas as complexidades [...] não podemos perder de vista os *insights* marxistas essenciais. De um modo ou de outro, o Estado capitalista precisa desempenhar suas funções básicas. Se não conseguir fazer isso, então esse Estado deve ser reformado, ou então o capitalismo deve dar lugar a algum outro método de organizar a produção material e a vida cotidiana”.

O quarto capítulo, “O ajuste espacial: Hegel, Thünen e Marx”, é dedicado à questão do “papel da expansão geográfica e da dominação territorial, do colonialismo e do imperialismo, na estabilização do capitalismo” (p. 96), conforme a obra de Marx. Postula que a inclusão no livro I de *O capital*, de um capítulo final sobre “a teoria moderna da colonização”, de certa forma alheio à lógica que o livro desenvolvera até então (pois se trata de “toda uma discussão sobre o comércio exterior e colonial, e a respeito da colonização, numa obra que, em sua maior parte, teoriza a respeito do capitalismo como sistema econômico fechado” (p. 95), é uma resposta de Marx a uma

problematização posta por Hegel em *A filosofia do direito*, bem como um contraponto à resposta dada por Von Thünen à mesma problematização. Então, para desenvolver a questão, Harvey expõe inicialmente o problema posto por Hegel: o da possibilidade da resolução interna a sociabilidade moderna, mediante o Estado enquanto “realidade da ideia ética”, das contradições internas da sua sociedade civil ou de esta resolução ser possível apenas através da expansão geográfica, colonialismo e imperialismo. Em seguida, apresenta as considerações de Von Thünen sobre a problemática, explicitando a sua concepção de “salário natural ou justo” como resolução para a mesma. Ao fim, apresenta as posições de Marx, cujas respostas diferem, como já dito, das oferecidas por Hegel e por Von Thünen.

“A geopolítica do capitalismo” é o título do capítulo V. Nele, Harvey analisa “as consequências geopolíticas da existência sob o modo capitalista de produção” (p. 127). Partindo da análise da circulação do capital que Marx empreende em *O Capital*, o autor argumenta que as crises de superacumulação são inevitáveis no modo de produção capitalista. Todavia, apesar de inevitáveis, são suscetíveis de certa gestão espaço-temporal. Sumariza, então, os subterfúgios empregados para a protelação das crises por aqueles que gerem as estruturas física e social funcionais à reprodução do capital. Primeiro, os que dizem respeito ao deslocamento temporal das crises. Depois, os que se referem ao deslocamento espacial das mesmas. Focando a questão espacial, Harvey desenvolve então uma “geografia histórica do capitalismo”, cujo propósito é “a elaboração de uma teoria do concreto e do específico no contexto das determinações universais e abstratas” da teoria marxiana sobre a acumulação capitalista (p. 142-3).

O sexto capítulo, “Do administrativismo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio”, tem por objetivo “investigar o papel que o processo urbano talvez esteja desempenhando na reestruturação radical em andamento nas distribuições geográficas da atividade humana e na dinâmica político-econômica do desenvolvimento geográfico desigual dos tempos mais recentes” (p. 164). Para realizar tal propósito, Harvey aborda o desempenho dos governos em assumir, cada vez mais, além de responsabilidades administrativas, também atividades empreendedoras. Enfatiza que a origem desta postura do Estado remonta à década de 1970, nos países capitalistas mais avançados. Assinala, igualmente, que com o início do empreendedorismo estatal têm início também as ações de parceria público-privado, cujos efeitos Harvey procura também investigar.

O capítulo VII, cujo título é “A geografia do poder de classe”, faz uma análise dos *insights* que oferece o *Manifesto do Partido Comunista*, de Marx e Engels, para a compreensão da “geografia histórica global da acumulação do capital” (p. 191) e para a agenda contemporânea da luta política. Inicialmente, partindo das considerações inconclusas de Hegel em *Filosofia do Direito*, Harvey argumenta que também Marx, em *O capital*, considera a possibilidade da expansão espacial do capital como forma de contraposição à tendência decrescente da taxa de lucro. Todavia, no *Manifesto do partido comunista*, a problemática ganha maior ênfase. Ainda assim, mesmo no *Manifesto*, Marx e Engels se limitam a um “discurso retórico que, no fim, privilegiava o tempo e a história em detrimento do espaço e da geografia” (p. 195). Esta tendência de subestimação do elemento geográfico já presente na letra de Marx e Engels no *Manifesto* é reforçada pelas análises posteriores da obra, que tenderam a obnubilar ainda mais que Marx e Engels a dimensão espacial. Harvey desenvolve, então, no restante do capítulo, uma análise buscando “uma compreensão mais sofisticada, acurada e politicamente útil”, a partir das reflexões de Marx e Engels no *Manifesto*, “quanto a como as dimensões geográficas relativas à acumulação do capital e à luta de classes desempenham um papel fundamental na perpetuação do poder burguês e na supressão dos direitos e aspirações do trabalhador” (p. 198) em âmbito global.

Por fim, o capítulo VIII, cujo título é “A arte da renda: a globalização e transformação da cultura em *commodities*” tem por fito a investigação de como produtos e eventos culturais (artes plásticas, teatro, música, cinema, arquitetura, “memórias coletivas”, “comunhões afetivas” etc.) têm se constituído cada vez mais como mercadoria no capitalismo contemporâneo: “como a condição de mercadoria de tantos desses fenômenos se harmoniza com seu caráter específico?” (p. 219). Harvey trata, então, da possibilidade de conversão de qualquer produto ou atividade concreta em mercadoria. Ao mesmo tempo, analisa as relações entre Estado e empreendedorismo privado cujo objetivo é a criação de monopólios que efetivem a transformação da cultura e do lazer em atividades geradoras de lucro.